



**DIÁLOGO
FLORESTAL**

FÓRUM FLORESTAL
DO RIO GRANDE DO SUL



CONTROLE DA DISPERSÃO DO PINUS



APRESENTAÇÃO

Promover ações associadas à produção florestal a fim de aumentar as possibilidades de conservação e recuperação ambiental é um dos objetivos do Diálogo Florestal.

Nas discussões entre setor produtivo e organizações voltadas à questão ambiental no Rio Grande do Sul, um dos temas levantados foi a necessidade de melhorar o manejo das plantações do pinus (pinheiro-americano). Essa árvore tem grande importância social e econômica no Estado, mas também gera problemas ambientais, como a dispersão sem controle.

Assim, surgiu a idéia de contribuir na difusão de informações para mudar essa realidade, reunindo orientações técnicas para evitar a proliferação descontrolada do pinus no entorno das plantações.

O gênero é originário da América do Norte e se adaptou muito bem à nossa região. Apresenta grande facilidade de disseminação e, com isso, gera impactos ao ambiente natural. No processo de dispersão por sementes, o pinus pode ocupar espaços de espécies nativas, reduzindo a biodiversidade e descaracterizando biomas.

O licenciamento da atividade de silvicultura no Rio Grande do Sul prevê a necessidade de medidas de controle.

E esta publicação pretende colaborar com o produtor florestal trazendo orientações práticas para evitar a expansão descontrolada e contribuir para a sustentabilidade do negócio – que inclui a qualidade ambiental, o retorno econômico e o benefício social.





FOTOS SXC.HU

POR QUE CONTROLAR A DISPERSÃO DO PINUS?

O pinus tem grande capacidade de produção de sementes, que são espalhadas pelo vento e crescem fora de sua área de plantio. A falta de manejo na reprodução desta espécie acaba provocando perda de biodiversidade, pois impede o crescimento de outras espécies. Um único indivíduo pode gerar um grande número de novas plantas, que continuarão seu ciclo de expansão. Assim, a falta de controle prejudicará outros ambientes.





Nesta área do litoral gaúcho, a falta de medidas para conter a dispersão natural do pinus causou a invasão biológica das dunas

BOM PARA SEU NEGÓCIO E PARA O MEIO AMBIENTE

TRÊS RAZÕES PARA EVITAR QUE O PINUS SE ESPALHE ESPONTANEAMENTE POR ÁREAS QUE NÃO SEJAM AQUELAS DESTINADAS PARA A PRODUÇÃO DA PLANTAÇÃO FLORESTAL:

- **GARANTIR QUE SEU PRODUTO FLORESTAL POSSA SER FORNECIDO PARA CLIENTES QUE COBRAM O CUMPRIMENTO DE REGRAS AMBIENTAIS RIGOROSAS.**
- **ESTAR EM ACORDO COM AS LEIS E AS EXIGÊNCIAS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL.**
- **CONTRIBUIR PARA A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL NA SUA ÁREA DE INFLUÊNCIA.**



INVASÃO BIOLÓGICA É A SEGUNDA CAUSA DA PERDA DE BIODIVERSIDADE

Quando não são tomadas medidas para conter a dispersão não intencional de uma espécie, temos o que é conhecido como “invasão biológica”, que é justamente a ocupação do ambiente por espécies vindas de outras regiões.

Estes processos são, atualmente, a segunda causa para perda de biodiversidade no planeta.

PERMITIR A DISPERSÃO É PREJUÍZO

As plantas que nascem nesse processo de dispersão e não recebem manejo adequado, além de não terem o mesmo valor comercial, prejudicam a vegetação nativa, os habitats dos animais silvestres e interferem no cenário natural da região.

Quando iniciam a produção de sementes, essas árvores agravam ainda mais o problema.

FOTOS SXC.HU




Problema se agrava com o início da produção de sementes

COMO EVITAR A PROLIFERAÇÃO

O primeiro passo é avaliar o terreno para saber o tipo de intervenção necessária:

1. Se o controle for feito quando a dispersão está no início, basta facão e foice para remover as plantas menores que cresceram fora da área de cultivo.
2. Se a dispersão começou há muito tempo e não houve controle, elimine primeiro as plantas mais jovens. Isso evita que as pequenas fiquem escondidas pelo acúmulo de galhos após a derrubada das maiores.
3. Remova as árvores que estão para dar sementes pela primeira vez.
4. Faça a retirada das plantas em áreas onde há menos indivíduos.
5. Somente elimine os cones com sementes se a árvore estiver frutificando pela primeira vez, para evitar formar um banco de sementes no solo.
6. Derrube as árvores adultas com motosserra, lembrando que o operador deve ser habilitado e utilizar os equipamentos de proteção individual necessários para sua segurança.



Retirada de plantas invasoras
garantirá a manutenção da
biodiversidade do ambiente natural

ANELAMENTO

Se houver risco de o corte de exemplares adultos causar dano a florestas nativas, essas árvores podem ser aneladas (remoção da casca). Com o anelamento, a árvore morre. O anel deve ser feito ao redor de todo o tronco, iniciando na base, até meio metro de altura. Deve ser removida toda a casca externa e interna.



O anelamento não deve ser praticado em locais de trânsito de pessoas ou veículos, pois as árvores secas podem cair e causar danos. Esse método é uma boa alternativa para áreas de preservação permanente e em outras áreas naturais isoladas, onde se pode poupar o impacto sobre a vegetação nativa.

DICA

Nas empresas, o ideal é formar e manter uma equipe treinada para efetuar as operações com máxima qualidade e critério, evitando impactos sobre a vegetação nativa e aproveitando o material removido.

Nas propriedades familiares, todas as pessoas envolvidas no plantio e no manejo devem ser informadas sobre o controle.

FOTO ADRIANO BECKER



PREVENIR É MELHOR

Além de eliminar as plantas já estabelecidas, é importante adotar outras medidas preventivas na propriedade:

NOS ACESSOS E NAS ESTRADAS

- Mantenha os equipamentos agrícolas limpos. As sementes aderem aos pneus dos veículos que transitam nas áreas de plantios durante o transporte de toras e outros materiais e facilitam a dispersão.
- A limpeza das máquinas ajuda prevenir a invasão de novas áreas e de ambientes naturais nas redondezas. E vai evitar o trabalho de ter de cortar as plantas invasoras.
- Não abra novas vias de escoamento das toras sem autorização do órgão ambiental competente e nunca atravesse arroios e outros mananciais hídricos como forma de atalho. Isso compromete a qualidade da água, da vegetação e da fauna nativa.

OBSERVE OS PLANTIOS

Processos de dispersão por sementes são dinâmicos e sempre crescentes, por isso requerem ações permanentes de controle, especialmente quando já existem bancos de sementes no solo ou em áreas plantadas próximas, que servem como fonte contínua de sementes.



ATENÇÃO CONTÍNUA

O acompanhamento permanente serve para indicar a necessidade de novas ações de manejo e controle.

A remoção das mudas de dispersão vai evitar impactos à vegetação nativa. O material removido pode ser aproveitado como biomassa.

Anote os locais onde foram feitas as ações de controle e as datas. O retorno a cada ponto de controle deve ser feito em intervalo máximo de dois anos.



Manejo adequado: nesta área de cultivo houve controle da dispersão e foi mantida distância adequada da rodovia



Sem manejo: para remover plantas que avançaram a área de domínio é preciso autorização do órgão competente

RESPEITE AS DISTÂNCIAS

- O Código Civil proíbe o plantio sob redes de energia. Distâncias seguras podem ser definidas nas licenças de operação.
- Mantenha a distância correta nas divisas da propriedade e nas faixas de domínio de rodovias. Esses limites costumam ser definido nas licenças de operação da silvicultura.

É FÁCIL, BASTA QUERER

- A dispersão do pinus somente gera problemas ambientais se não houver manejo adequado.
- O controle da dispersão é tarefa simples, mas somente terá sucesso se contar com a colaboração de todos que desejam assegurar os resultados econômicos da atividade florestal.

- O manejo adequado dos plantios deve ser uma responsabilidade de todos.
- Depois de removidas as mudas de pinus, a vegetação nativa tende a se recompor com sementes armazenadas na terra ou vindas de remanescentes próximos. Se não houver conexão com outras áreas e o solo estiver depauperado, consulte um profissional para saber se é preciso e como reintroduzir espécies nativas.
- Nas áreas como os Campos de Cima da Serra, não plante outras espécies. Deixe as gramíneas ocuparem o espaço que sempre foi delas.

PRESERVE A FAUNA SILVESTRE

Não faça nem permita caçadas ou captura de animais silvestres na propriedade. É crime federal (Lei nº 9.605/1998) matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória sem a devida permissão, licença ou autorização.

Também é considerado crime ambiental impedir a procriação da fauna, modificar, danificar ou destruir ninho, abrigo ou criadouro natural, vender, expor à venda, exportar ou adquirir, guardar, manter em cativeiro ou depósito, utilizar ou transportar ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre ou de produtos dela oriundos sem permissão, licença ou autorização de autoridade competente.



É OBRIGATÓRIO LICENCIAR PLANTIOS

Os plantios florestais no Rio Grande do Sul devem ser licenciados pela Fepam (Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler) desde maio de 2006. Plantios efetuados antes dessa data devem passar por regularização.

O licenciamento define condições para as plantações. Adotar medidas preventivas e de redução de impacto das atividades sobre os recursos naturais, diminuindo os riscos que comprometem a sustentabilidade do negócio em razão de inadequada gestão ambiental.

COMO FAZER ISSO?

- Adequar os plantios existentes, providenciando sua regularização por meio do licenciamento ambiental.

Mais informações: www.fepam.rs.gov.br

ÁREAS PROTEGIDAS

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPS)

Locais frágeis, como beiras de rios, lagos e nascentes, topos de morros e encostas, que têm a função de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade e o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo. Estas áreas não devem ser utilizadas para fins produtivos. Quando a vegetação nativa já foi alterada ou removida, devem-se tomar ações para sua recuperação.

FOTO ADRIANO BECKER



A CADEIA PRODUTIVA NO RIO GRANDE DO SUL

Perfil da cadeia do pinus em abril de 2012, segundo dados fornecidos pela Associação Gaúcha de Empresas Florestais (Ageflor):

- 268,3 mil hectares de área plantada.
- Equivale a 36% da área total de plantações florestais (738.770 hectares, abrangendo 2,6% da superfície do Estado).



- Os plantios de pinus estão distribuídos pela Serra (58 mil hectares), principalmente nos municípios de Bom Jesus, Camará do Sul, Jaquirana, São Francisco de Paula e São José dos Ausentes), e no Litoral (cerca de 29 mil hectares), especialmente em Mostardas, Palmares do Sul, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, Tavares e Balneário Pinhal. O restante se encontra na Fronteira Oeste e no Alto Uruguai, além de numerosos plantios em pequenas propriedades, por todo o Estado.

FOTO SXC.HU





O DIÁLOGO FLORESTAL

O Diálogo Florestal é uma iniciativa independente que facilita a interação entre representantes de empresas do setor de base florestal e de organizações ambientalistas. Estabelecido no Brasil em 2005, tem o objetivo de construir visão e agendas comuns entre esses setores, de modo a promover ações efetivas associadas à produção florestal, ampliar a escala dos esforços de conservação e restauração do meio ambiente, gerando benefícios para os participantes do Diálogo e para a sociedade em geral.

Criado com enfoque sobre o bioma Mata Atlântica, um dos mais biodiversos e ameaçados do planeta, a iniciativa incorporou mais recentemente em sua área de atuação regiões dos biomas Pampa, Cerrado e Caatinga.

TEMAS PRIORITÁRIOS

- Fomento florestal, como vetor de desenvolvimento e conservação ambiental.
- Ordenamento territorial, como oportunidade de pactuar o uso e a ocupação do solo na escala de paisagem.
- A relação entre florestas plantadas, água e biodiversidade.
- Áreas protegidas particulares, como fator fundamental na conservação.

Atualmente, o Diálogo Florestal tem como metas: manter e consolidar um espaço de diálogo pró-ativo entre ambientalistas e empresas do setor florestal; gerar resultados concretos, em campo e em larga escala, para a conservação dos recursos naturais; contribuir para a melhoria da qualidade de vida humana, a partir do aprimoramento das relações com os recursos naturais; e propor e influenciar a adoção de políticas públicas que favoreçam a proteção e a sustentabilidade dos recursos naturais.

O Diálogo Florestal conta com um Fórum Nacional, um Conselho de Coordenação, uma Secretaria Executiva e sete fóruns regionais.



NOSSOS PRINCÍPIOS

INTEGRAÇÃO As ações do Diálogo Florestal devem promover a integração dos ativos das organizações ambientalistas e das empresas.

TRANSPARÊNCIA Os processos, as ações e os resultados do Diálogo devem ser difundidos amplamente, por diversos meios.

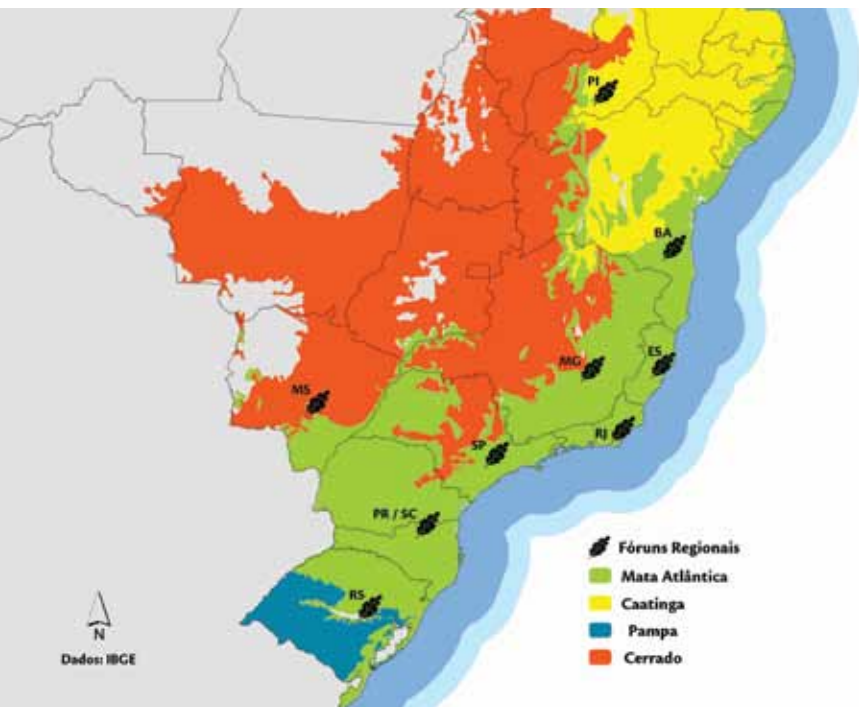
CONFIANÇA Os participantes se relacionam no diálogo sob a premissa de que todos os posicionamentos e informações ali apresentados se pautam pela honestidade e pela integridade.

NÃO EXCLUSÃO Embora, por questões logísticas e orçamentárias, não seja possível incluir todos os participantes do Diálogo no Fórum Nacional, os fóruns regionais devem promover a participação de todas as empresas e todas as organizações que atuam com silvicultura e meio ambiente na região de sua influência.

PRÓ-ATIVIDADE Sem esconder problemas, conflitos e desafios, a participação no Diálogo é pautada pelos posicionamentos com foco na busca por soluções efetivas e resultados concretos.

RESPEITO À DIVERSIDADE O Diálogo Florestal é um espaço onde todas as posições e opiniões são valorizadas e consideradas, prevalecendo o respeito mútuo entre todos os participantes.

COMPROMISSO Todos os participantes do Diálogo Florestal estão comprometidos com a análise crítica e responsável sobre os problemas abordados e com a construção de soluções efetivas e concretas que superem os desafios apresentados.



CONTATO

secretariaexecutiva@dialogoflorestal.org.br

dialogo_florestal_RS@yahoogrupos.com.br

www.dialogoflorestal.org.br

FOTO SXC.HU



• **Textos:** Itamar Pelizzaro (org.), Kathia Vasconcelos Monteiro, Lisiane Becker, Margô Guadalupe Antonio, Maurem Alves.

• **Projeto gráfico:** Fábio Pili. **Diagramação:** Pedro Dreher.

• **Mapa:** Carolina Schaffer.

ESTA CARTILHA FOI BASEADA EM TRABALHOS ELABORADOS PELA ONG AMIGOS DA FLORESTA E PELA EMPRESA FLOPAL, ALÉM DE TER RECEBIDO COLABORAÇÕES DOS PARTICIPANTES DO DIÁLOGO FLORESTAL DO RIO GRANDE DO SUL.